



**Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

**Relatório da Administração**

**Prezados Acionistas e Administradores,** Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CARUANA S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (CARUANA), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

**1. Resultados:** No exercício, a CARUANA apresentou lucro no montante de R\$ 2.114 mil (lucro de R\$ 6.775 mil, no exercício de 2015). O resultado foi impactado, especialmente, em razão da constituição de provisão para créditos em liquidação duvidosa ocorrida no segundo semestre, da reversão da provisão de créditos em liquidação duvidosa de créditos que impactaram o resultado do 1º semestre de 2016, por resultado positivo na recuperação e venda de bens dados em garantias de operações de crédito e por

investimentos e despesas voltados à implantação de cartões pré e pós-pagos direcionados ao setor de transporte de passageiros. Por outro lado, ressaltamos que os itens aqui destacados não afetaram a atividade operacional e o resultado financeiro da CARUANA, uma vez que a intermediação financeira, excluindo-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no exercício de 2016 foi R\$ 45.056 mil (contra R\$ 39.719 mil, no exercício de 2015), espelhando, assim, um crescimento de 13% no período. **2. Destaques:** A carteira total de operações de crédito apresentava em 31 de dezembro 2016, o saldo de R\$ 569.403, representando evolução de 15% (quinze por cento) sobre o saldo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 493.349 mil). O volume da carteira de crédito reflete o aumento de operações, em especial as operações de CDC – Crédito Direto ao Consumidor e Capital de Giro, com garantias reais. Mantivemos o

foco como Instituição de Pagamento o que aumentará ainda mais nossa atuação no segmento de varejo mediante a prestação de serviços de pagamento atendendo ao público alvo do nosso segmento, mediante a emissão de cartão pré-pago e pós-pago, todos sob a bandeira Mastercard. Seguimos investido em nossos Colaboradores, com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem a sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com nossos clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem nossos maiores valores.

São Paulo, 23 de março de 2017.

**A Administração**

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)			
	Nota	2016	2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>426.520</b>	<b>381.965</b>
Disponibilidades	4	955	651
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	50.302	24.538
Títulos e valores mobiliários	4 e 6	72	25.642
Carteira própria		72	25.642
<b>Operações de crédito</b>	<b>7</b>	<b>334.820</b>	<b>313.876</b>
Setor privado – Empréstimos		234.219	204.100
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(6.377)	(6.662)
Setor privado – Financiamentos		114.702	122.663
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(7.724)	(6.225)
<b>Outros créditos</b>	<b>9</b>	<b>12.854</b>	<b>10.178</b>
Diversos		12.864	10.191
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(10)	(13)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>7 e 9</b>	<b>27.517</b>	<b>7.080</b>
Bens não de uso próprio		21.583	4.509
Material em estoque		324	–
Despesas antecipadas		5.610	2.571
<b>Não Circulante</b>		<b>231.572</b>	<b>183.642</b>
Títulos e valores mobiliários	6	5.281	7.598
Carteira própria		5.281	7.598
<b>Operações de crédito</b>	<b>7</b>	<b>216.124</b>	<b>163.003</b>
Setor privado – Empréstimos		155.934	79.150
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(2.536)	(992)
Setor privado – Financiamentos		63.526	85.785
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(800)	(940)
<b>Outros créditos</b>	<b>9</b>	<b>3.827</b>	<b>7.160</b>
Diversos		3.827	7.160
<b>Outros valores e bens</b>		<b>6.340</b>	<b>5.881</b>
Bens não de uso próprio		–	4.100
Despesas antecipadas		6.340	1.781
<b>Permanente</b>		<b>3.383</b>	<b>1.823</b>
Investimentos		270	270
Outros investimentos		270	270
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>1.266</b>	<b>1.536</b>
Outras imobilizações de uso		2.067	2.627
(-) Depreciação acumulada		(801)	(1.091)
<b>Diferido</b>		<b>–</b>	<b>–</b>
Gastos de organização e expansão		–	361
(-) Amortização acumulada		–	(361)
<b>Intangível</b>		<b>1.847</b>	<b>17</b>
Sistema de processamento de dados		2.764	–
Outros ativos intangíveis		443	443
(-) Amortização acumulada		(1.360)	(426)
<b>Total do ativo</b>		<b>661.475</b>	<b>567.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento Capital	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro 2014</b>	<b>40.864</b>	<b>1.737</b>	<b>786</b>	<b>7.692</b>	<b>–</b>	<b>51.079</b>
Aumento de capital	9.450	–	–	–	–	9.450
Homologação de aumento de Capital	1.737	(1.737)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	6.775	6.775
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal	–	–	340	–	(340)	–
Juros sobre capital	–	–	–	–	(3.715)	(3.715)
Aumento de Capital	–	3.158	–	–	–	3.158
Reserva especial de lucros	–	–	–	2.720	(2.720)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>52.051</b>	<b>3.158</b>	<b>1.126</b>	<b>10.412</b>	<b>–</b>	<b>66.747</b>
Aumento de capital	3.158	(3.158)	–	–	–	–
Homologação de aumento de Capital	–	4.250	–	–	–	4.250
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	2.114	2.114
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal	–	–	106	–	(106)	–
Juros sobre capital	–	–	–	(5.000)	–	(5.000)
Reserva especial de lucros	–	–	–	2.008	(2.008)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>55.209</b>	<b>4.250</b>	<b>1.232</b>	<b>7.420</b>	<b>–</b>	<b>68.111</b>
<b>Saldos em 30 de junho 2016</b>	<b>55.209</b>	<b>–</b>	<b>1.126</b>	<b>10.412</b>	<b>(4.693)</b>	<b>62.054</b>
Homologação de aumento de Capital	–	4.250	–	–	–	4.250
Lucro no semestre	–	–	–	–	6.807	6.807
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal	–	–	106	–	(106)	–
Juros sobre capital	–	–	–	(5.000)	–	(5.000)
Reserva especial de lucros	–	–	–	2.008	(2.008)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>55.209</b>	<b>4.250</b>	<b>1.232</b>	<b>7.420</b>	<b>–</b>	<b>68.111</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)				
	Nota	2º semestre 2016	2016	Exercício 2015
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>69.851</b>	<b>130.197</b>	<b>101.964</b>
Operações de crédito	7h	65.555	125.261	93.814
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.605	4.005	2.258
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	648	601	5.612
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	7i.1	43	330	280
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(54.087)</b>	<b>(111.792)</b>	<b>(78.280)</b>
Operações de captação no mercado		(46.112)	(85.141)	(62.245)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.975)	(26.651)	(16.035)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>15.794</b>	<b>18.405</b>	<b>23.684</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(9.603)</b>	<b>(20.434)</b>	<b>(16.386)</b>
Receitas de prestação de serviços	14	2.039	4.012	10.121
Despesas de pessoal		(2.147)	(4.631)	(4.983)
Outras despesas administrativas	16	(8.929)	(17.428)	(18.100)
Despesas tributárias		(1.311)	(2.498)	(2.671)
Outras despesas operacionais	15b	(706)	(1.470)	(920)
Outras receitas operacionais	15a	1.451	1.581	1.677
<b>Resultado operacional</b>		<b>6.161</b>	<b>(2.029)</b>	<b>7.298</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>2.146</b>	<b>2.077</b>	<b>130</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>8.307</b>	<b>48</b>	<b>7.428</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	18	<b>(1.500)</b>	<b>2.066</b>	<b>(653)</b>
Provisão para imposto de renda		(668)	(668)	(2.283)
Provisão para contribuição social		(582)	(582)	(1.412)
Ativo fiscal diferido		(250)	3.316	3.042
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>6.807</b>	<b>2.114</b>	<b>6.775</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>		<b>(5.000)</b>	<b>(5.000)</b>	<b>(3.715)</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações – R\$</b>		<b>168,82</b>	<b>52,43</b>	<b>179,50</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)				
	Nota	2º semestre 2016	2016	Exercício 2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>14.360</b>	<b>25.542</b>	<b>20.749</b>
<b>Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios</b>		<b>6.807</b>	<b>2.114</b>	<b>6.775</b>
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		7.553	23.428	13.974
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 f	7.975	26.651	16.035
Depreciação e amortizações		353	606	342
Impostos diferidos		250	(3.316)	(3.042)
Provisões para contingências		(1.025)	(513)	639
Variação de ativos e passivos (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(59.234)	(47.433)	(3.255)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(37.771)	(25.764)	(22.492)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	7a	(82.837)	(100.716)	(166.756)
(Aumento)/Redução em outros créditos		786	3.973	(2.923)
(Aumento) em outros valores e bens		(10.396)	(20.437)	(10.039)
Aumento/(Redução) em outras obrigações		11.722	(10.204)	636
Aumento/(Redução) em depósitos a prazo	10	1.295	6.155	(17.698)
(Redução)/Aumento em recursos de aceites cambiais	10	57.249	95.247	195.448
Aumento em letras financeiras	11b	1.055	1.996	10.300
IR e Contribuição Social Pagas		–	–	2.350
<b>Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>(44.874)</b>	<b>(21.891)</b>	<b>17.494</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(1.435)</b>	<b>(2.625)</b>	<b>(1.126)</b>
<b>Aquisição de intangível</b>		<b>(1.435)</b>	<b>(2.625)</b>	<b>(1.126)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>13 a</b>	<b>4.250</b>	<b>12.608</b>
Aumento de capital		5.000	(5.000)	(3.715)
Juros sobre capital próprio pagos		(750)	(750)	8.893
<b>Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(47.059)</b>	<b>(25.266)</b>	<b>25.261</b>
<b>Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>48.086</b>	<b>26.293</b>	<b>1.032</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>48.086</b>	<b>26.293</b>	<b>1.032</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	1.027	1.027	26.293
		<b>(47.059)</b>	<b>(25.266)</b>	<b>25.261</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional** – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”) autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008, por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil publicado no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo Bacen estão sendo observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento ao setor de transportes, especialmente o crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes a sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. No exercício de 2016, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (financiamento ao setor de transporte coletivo e sua cadeia produtiva); b) continuidade em sua atuação como Administradora de Meio Eletrônicos de Pagamento; e c) investimentos na comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pós-pago e cartão pré-pago), direcionados, exclusivamente, ao nosso setor de atuação.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

**3. Resumo das principais práticas contábeis** – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: a) **Auração do resultado** – As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata die* para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta reductora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** – De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “Títulos para negociação” e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge accounting*” são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. Em 31 de dezembro 2016 e 2015, a Sociedade não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. e) **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7.e. f) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e não foi identificada em 31 de dezembro de 2016 evidências de perda pelo valor recuperável dos ativos da companhia. g) **Imobilizado, diferido e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão regis-

trados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por benefícios em imóveis de terceiros e softwares, com amortizações anuais de 20%, constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 3.617/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e serão mantidos até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. h) **Depósitos e letras cambiais:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*. i) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% (a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração,



... continuação

avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. f.1) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros refere-se a lucro obtido na cessão de crédito conforme a seguir demonstrado.

	2º semestre		Exercício	
	2016	2015	2016	2015
<b>Cessão de Crédito</b>	43	14.267	11.212	
<b>Valor presente do ativo</b>	(5.217)	(30.014)	(16.857)	
<b>Reversão de provisão</b>	5.217	16.077	5.925	
<b>Resultado de cessão</b>	<b>43</b>	<b>330</b>	<b>280</b>	

g) Operações com cartões de crédito  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estavam assim representadas:

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	1.021	1.650
<b>Total</b>	<b>1.021</b>	<b>1.650</b>
<b>Passivo</b>		
Saldos a pagar a lojistas	—	(60)
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>(60)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>1.021</b>	<b>1.590</b>

h) Resultado das operações de crédito

	2016	2015
<b>Rendas de empréstimos</b>	69.828	45.452
<b>Rendas de títulos descontados</b>	6.355	5.103
<b>Rendas de financiamentos</b>	49.078	43.259
<b>Total</b>	<b>125.261</b>	<b>93.814</b>

**8. Créditos Renegociados e Recuperados de Prejuízo**

**a) Renegociados:**

	2016	2015
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	62.288	27.305
Capital de Giro	66.350	38.271
Desconto	1.495	—
<b>Total</b>	<b>130.133</b>	<b>65.576</b>

**b) Recuperados de Prejuízo:**

	2016	2015
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	11	—
Consignado	8	21
Cartão de crédito	52	6
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>27</b>

**9. Outros créditos – diversos**

	2016	2015
Créditos tributários (Nota 9a)	10.463	7.146
Impostos e Contribuições a Compensar	1.171	—
Adiantamento para pagamento de nossa conta	17	71
Adiantamentos e Antecipações salariais	25	—
Pagamentos a ressarcir	135	7
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7a e 7g)	1.021	1.650
Devedores diversos Pais (ii)	3.838	8.477
Rendas a receber	21	—
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7a)	(10)	(13)
<b>Total</b>	<b>16.681</b>	<b>17.338</b>

**Curto prazo** 12.854 10.178  
**Longo prazo** 3.827 7.160

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar. (ii) Referem-se substancialmente às operações de cartão pré-pago no montante de R\$ 1.442 (R\$ 5.626 em 2015). **a) Créditos Tributários:** Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.055 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Descrição	Saldo 2015	Consti- tuições	Realizações/ (Reversões)	Saldo 2016
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.549	10.309	(6.771)	10.087
Bens não de uso	—	54	(54)	—
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e Previdenciárias	597	342	(563)	376
<b>Total</b>	<b>7.146</b>	<b>10.705</b>	<b>(7.388)</b>	<b>10.463</b>

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	Diferenças temporárias	
	Imposto de renda	Contribuição social
2017	2.945	2.356
2018	1.242	994
2019	1.829	1.097
<b>Total</b>	<b>6.016</b>	<b>4.447</b>

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revista, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 8.064 utilizada a taxa média de captação do período.

**10. Depósitos e recursos de aceites cambiais**

	2016		2015	
	Depósito a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Depósito a prazo (*)	Letras de câmbio (**)
Até 3 meses	24.629	18.535	18.257	22.039
De 3 a 12 meses	57.101	91.934	23.438	144.192
Acima de 12 meses	60.342	322.958	84.500	171.949
<b>Total</b>	<b>142.072</b>	<b>433.427</b>	<b>125.745</b>	<b>338.180</b>

(\*) Do saldo total de R\$ 142.072 em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 92.714 (R\$ 57.141 em 2015), refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, com taxa média de 125,62% do DI (Depósito interfinanceiro) e o montante de R\$ 49.358 (R\$ 68.604 em 2015), refere-se a captações com garantia especial do FGC (DPGE) sendo R\$ 31.171 DPGE I e R\$ 18.187 DPGE II, com taxa média de 109,38% do DI (Depósito interfinanceiro). (\*\*\*) O montante de R\$ 433.427 (R\$ 338.180 em 2015), refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 124,87% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

**11. Outras obrigações**

**a) Fiscais e previdenciárias**

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	—	1.343
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	79	86
Impostos e contribuições sobre salários	150	184
Imposto sobre Juros sobre capital próprio	750	557
Outros	204	243
<b>Total</b>	<b>1.183</b>	<b>2.413</b>

**Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

b) **Dívidas Subordinadas**

	2016	2015
Letras Financeiras Subordinadas – LFS (i)	12.297	10.301
<b>Longo prazo</b>	<b>12.297</b>	<b>10.301</b>

(i) Em 30 de outubro de 2015 realizamos a emissão de 10 Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), totalizando 10 milhões de reais, com a intenção de aloca-las como Capital Nível II para fins de apuração dos limites operacionais impostos pelo BACEN e especificados no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). Ato aprovado pelo BACEN, em 15 de dezembro de 2015.

c) **Diversas**

	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	1.275	9.065
Provisão para risco (Nota 12b)	870	1.383
Saldos a pagar a lojistas	235	594
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão	217	—
Credores diversos – Pais	1.265	2.386
<b>Total</b>	<b>3.862</b>	<b>13.428</b>

**Curto prazo** 2.992 11.571  
**Longo prazo** 870 1.857

(i) Refere-se substancialmente a valores a pagar a Mastercard pelas operações com cartão de crédito pré-pago, no montante de R\$ 455 (R\$ 7.729 em 2015).

**12. Contingências ativas, passivas e obrigações legais – a) Ativos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes. b) **Passivos contingentes** classificados como perdas prováveis e obrigações legais: b.1) **Provisões trabalhistas e previdenciárias:** São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R\$ 385 relativos a provisões para cobertura de riscos trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Sociedade. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. b.2) **Provisões cíveis:** São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Consignado e Cartões sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos. As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão abaixo apresentadas:

	2016			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	2015
Saldo no início do exercício	1.210	173	1.383	745
Constituições	898	5	903	775
Realizações/reversões	(1.411)	(5)	(1.416)	(137)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>697</b>	<b>173</b>	<b>870</b>	<b>1.383</b>

c) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Em 31 de dezembro de 2016 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 3 processos de natureza trabalhista no valor de R\$ 130 e 22 processos de natureza cível no valor de R\$ 2.182 que somam R\$ 2.312 (R\$ 2.607 em 2015), com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos: • Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos; • Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras.

**17. Transações com partes relacionadas – a) Transações com partes relacionadas**

Descrição	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
<b>Letra de câmbio</b>	(406)	(82)	(516)	(43)
<b>Total</b>	(406)	(82)	(516)	(43)

b) **Remuneração da Administração:** Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 867 (R\$ 777 em 2015). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho.

**18. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

	2º semestre		
	2016	2015	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e JSCP	8.307	48	7.426
Juros Sobre Capital Próprio	(5.000)	(5.000)	(3.715)
<b>Total</b>	<b>3.307</b>	<b>(4.952)</b>	<b>3.711</b>

Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% respectivamente (15% até setembro de 2015)

	2016	2015
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(1.488)	2.228
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias para as quais não foram constituídos Créditos Tributários	162	222
<b>Total</b>	<b>(1.500)</b>	<b>2.066</b>

**19. Limites operacionais – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

	31/12/2016		
Exigência (limite)	Situação	Margem	
<b>Limites operacionais</b>			
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	65.040	75.489	10.449
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução			
<b>Limites operacionais</b>			
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	39.518	68.111	28.593
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	29.639	68.111	38.472
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	4.116	7.894	3.778
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	37.745	3.382	34.363
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	68.111	61.111
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	59.459	52.459

(\*) E alterações complementares.

	31/12/2015		
Exigência (limite)	Situação	Margem	
<b>Limites operacionais</b>			
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	62.417	74.747	12.330
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	34.045	66.747	32.702
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	25.534	66.747	41.213
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	37.374	1.823	35.551
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	66.747	59.747
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	55.209	48.209

(\*) E alterações complementares.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

**13. Patrimônio líquido – a) Capital social:** O capital social é representado por 40.321.857 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 4.250 através da utilização de juros sobre o capital próprio distribuído no exercício, sendo o novo capital social de R\$ 59.459, representado por 40.321.857 ações ordinárias nominativas, esse aumento de capital em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi constituído o valor de R\$ 106 (R\$ 340 em 2015). **c) Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve distribuição de dividendos. **d) Remuneração do capital próprio:** Na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2016 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.000 (R\$ 3.715 em 2015), calculado com base na taxa de juros TJLP. A redução da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro pelo pagamento de JCP foi de R\$2.250.

	2º semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Tarifas sobre operações de crédito	1.756	3.237	3.103	
Tarifas sobre cartão	44	88	4.214	
Tarifa sobre cartão frete	122	270	2.626	
Receita comissões	117	417	178	
<b>Total</b>	<b>2.039</b>	<b>4.012</b>	<b>10.121</b>	

**14. Receitas de prestação de serviços**

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	71	71	27	
Reversão de provisões operacionais	1.376	1.416	96	
Outras rendas operacionais	4	94	44	
<b>Total</b>	<b>1.451</b>	<b>1.581</b>	<b>167</b>	

**15. Outras receitas/despesas operacionais**

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Atualização de impostos	194	219	52	
Processos cíveis e trabalhistas	4	287	52	
Provisão processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	372	656	775	
Outras despesas operacionais	136	308	41	
<b>Total</b>	<b>706</b>	<b>1.470</b>	<b>920</b>	

**16. Outras despesas administrativas**

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Despesas de processamento de dados	(2.061)	(4.188)	(3.842)	
Despesas de serviços de terceiros	(2.270)	(4.756)	(4.958)	
Despesas de comunicação	(227)	(608)	(711)	
Despesas de publicações	(23)	(88)	(83)	
Despesas do serviço financeiro	(466)	(1.023)	(3.298)	
Despesas com serviços técnicos especializados	(931)	(1.852)	(1.780)	
Despesas de propaganda e publicidade	(179)	(347)	(85)	
Despesas de viagens no País	(252)	(476)	(842)	
Despesas com depreciação e amortização	(353)	(606)	(343)	
Despesas com relações públicas	(153)	(325)	—	
Outras despesas administrativas	(2.014)	(3.159)	(1.811)	
<b>Total</b>	<b>(8.929)</b>	<b>(17.428)</b>	<b>(17.753)</b>	

**Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria:**

**a) Governança:** A Administração da CARUANA entende que decisões colegiadas são fundamentais. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração, Gestores Seniores e Consultores Externos. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal acultamento, natural, leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa.

**b) Controles Internos:** A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatórios legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro.

**c) Gerenciamento de Riscos:** No gerenciamento dos riscos de mercado, de liquidez, operacional, de crédito e na gestão de capital, estamos acompanhando e monitorando com a frequência necessária à segurança das operações e informações de crédito. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da CARUANA é composta pelo: Gestor de Riscos; Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos; Comitê de Riscos; e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento do processo e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzido pela CARUANA, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores.

**d) Ouvidoria:** Atenta aos direitos do consumidor, a CARUANA mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para registrar as manifestações dos clientes, buscando soluções tempestivas, mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet).

A Administração	
Yitiro Nishikawa	– Contador CRC 1SP 111.488/0-6

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam os correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de março de 2017.

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**  
CRC nº 2SP 011.609/0-8  
**Vanderlei Minoru Yamashita**  
Contador CRC nº